



**ACÓRDÃO Nº547/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11237/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Alvimar da Costa Monteiro Júnior - OAB/AM nº 8.580, Maiara Cristina Moral da Silva - OAB/AM N.º 7.738 e Ana Paula de Freitas Lopes - OAB/AM nº 7.495
- 4- **Órgão:** Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** ALEXANDRE VALDIVINO CORDEIRO (Ordenador de Despesa), MAGNO DA CUNHA NASCIMENTO (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2373/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Magno da Cunha Nascimento**, Diretor do Instituto de Previdência de Coari - COARIPREV, exercício de 2016, no período compreendido entre 01/01/2016 e 21/11/2016, nos termos do art. 22, II da Lei Orgânica nº 2423/1996;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Alexandre Valdivino Cordeiro**, Diretor do Instituto de Previdência de Coari - COARIPREV, exercício de 2016, no período compreendido entre 22/11/2016 e 31/12/2016, nos termos do art. 22, II da Lei Orgânica nº 2423/1996;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Magno da Cunha Nascimento** no valor de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, com fundamento no art. 53, parágrafo único da Lei nº 2423/1996, em razão das impropriedades consantes nos itens



**ACÓRDÃO Nº547/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

10.2, 10.3, 10.4 e 10.8, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.4. Determinar** Ao Instituto de Previdência de Coari:

- 10.4.1. que observe atentamente os documentos que devem compor o Balanço Geral do órgão para remessa a este Tribunal, com especial atenção à Resolução TCE nº 08/2011;
- 10.4.2. que se abstenha de antecipar despesas e que verifique se tais valores antecipados foram devidamente apropriados pela efetiva prestação do serviço ou entrega do bem a que se referem;
- 10.4.3. que proceda ao correto reconhecimento contábil do Ativo Contingente na ordem de R\$ 4.597.416,00 (valor não corrigido), que segundo apurado pelo próprio órgão, refere-se a movimentações bancárias irregulares praticadas pelo ex-gestor Sr. Adriano Teixeira Salazan, observando o que diz o MCASP sobre reconhecimento de Ativos Contingentes;
- 10.4.4. que comprove perante este Tribunal que de fato ingressou com as medidas judiciais cabíveis contra o Sr. Adriano Teixeira Salazan, para ressarcimento dos valores possivelmente desviados na ordem de R\$ 4.597.416,00 (valor não corrigido);
- 10.4.5. que de forma detalhada justifique nas suas Notas Explicativas o saldo do grupo de contas "1.1.3. Demais Créditos e Valores à Curto Prazo";
- 10.4.6. que comprove perante este Tribunal o pagamento dos benefícios aos servidores inativos e pensionistas referentes aos meses de novembro/16 (parcial), dezembro/16 (integral) e décimo terceiro/16 (integral);
- 10.4.7. que proceda a abertura de conta bancária específica para a Taxa de Administração, nos termos da legislação pertinente;
- 10.4.8. que implante sistema de registro e controle patrimonial suficiente e adequado às suas necessidades;



**ACÓRDÃO Nº547/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

10.4.9. que implante sistema de registro e controle de almoxarifado suficiente e adequado às suas necessidades;

10.4.10.

ue encaminhe ou comprove o encaminhamento dos referidos processos de concessão de benefícios a esta Corte;

**10.5. Determinar** à Prefeitura Municipal de Coari que defina as atribuições dos cargos comissionados do Instituto de Previdência de Coari, bem como proceda à iniciativa de proposição para criação de cargos relativos à contabilidade no citado órgão previdenciário, a fim de fixa-lás em lei, mediante impulso do referido processo no Legislativo.

**10.6. Recomendar** ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - Coariprev que, caso entenda oportuno, adote o Sistema de Registro de Preços para aquisição de bens de consumo rotativo, a exemplo de: materiais de expediente, materiais de higiene e limpeza, gêneros alimentícios e outros; evitando assim a necessidade de manter bens em estoque.

**10.7. Determinar** o encaminhamento ao Ministério Público Estadual para adoção das medidas que reputar pertinentes:

10.7.1. em face de possível existência de ilícito penal em transações financeiras na ordem de R\$ 4.597.416,00 realizadas na gestão do ex-Diretor-Presidente Adriano Teixeira Salazan, conforme apontados pelo instituto;

10.7.2. em face de possível ilícito penal, devido a ausência de repasses e recolhimentos previdenciários no âmbito no RPPS, pelos poderes executivo e legislativo de Coari ao longo de vários exercícios

**10.8. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção de COARI que verifique se as determinações acima foram devidamente cumpridas.

**11- Ata:** 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 21 de Agosto de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº547/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral